



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.
BANCO SICOOB

31 de Dezembro 2021





Índice

Relatório da Administração	2
Balanço patrimonial.....	17
Demonstração do resultado	19
Demonstração do resultado abrangente.....	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstração dos fluxos de caixa	23
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	24
Nota 1 – Contexto operacional.....	24
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	24
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis	25
Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa	29
Nota 5 – Disponibilidades	30
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	30
Nota 7 – Depósitos compulsórios no Banco Central	30
Nota 8 – Instrumentos financeiros	31
Nota 9 – Repasses interfinanceiros e operações de crédito.....	34
Nota 10 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido.....	38
Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas	42
Nota 12 – Imobilizado.....	43
Nota 13 – Intangível.....	44
Nota 14 – Depósitos.....	44
Nota 15 – Obrigações por operações compromissadas	45
Nota 16 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares	45
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	45
Nota 18 – Instrumentos financeiros derivativos.....	46
Nota 19 – Provisões	46
Nota 20 – Patrimônio Líquido	48
Nota 21 – Limites operacionais - acordo de Basileia	49
Nota 22 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis	49
Nota 23 – Transações com partes relacionadas	53
Nota 24 – Outras informações.....	54
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob	57
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	58
Relatório do auditor independente	61

Cenário Macroeconômico

O ano de 2021 foi marcado globalmente pela continuidade da recuperação econômica iniciada na segunda metade de 2020, após o choque gerado pelos impactos da pandemia de covid-19. O avanço do processo de vacinação ao redor do mundo e a gradual redução das restrições em regiões importantes trouxeram um impulso adicional à retomada das principais economias, ainda que surtos específicos causados por novas variantes do coronavírus tenham mantido certo grau de apreensão ao longo dos meses. No entanto, essa retomada da economia trouxe consigo efeitos colaterais indesejados, como fortes pressões nos preços de insumos e commodities, em meio ao desabastecimento em diversas cadeias produtivas. Com isso, a inflação avançou de forma acelerada em boa parte do mundo, o que se traduziu no início do processo de redução de estímulos monetários extraordinários em alguns países, inclusive nos Estados Unidos.

No Brasil, a atividade econômica perdeu fôlego ao longo do ano, mesmo com o primeiro semestre marcado pela recuperação mais forte. Nesse sentido, a despeito da melhora em curso do mercado de trabalho, a inflação elevada minou o poder de compra, esfriando o consumo das famílias. Adicionalmente, o aperto monetário iniciado em março ganhou intensidade ao longo do ano, já impactando as decisões econômicas. Por fim, instabilidades políticas e mudanças nas regras fiscais elevaram as incertezas dos agentes. Isso teve peso importante nos mercados, onde os ativos domésticos continuaram fragilizados.

O PIB ilustrou essa perda de performance durante 2021, apesar da retomada de algumas atividades mais afetadas pela pandemia, como o setor de serviços, e da solidez da construção civil. Se o crescimento observado no 1T ainda foi expressivo, de 1,3% (ante o 4T 2020, com ajuste sazonal), os dois trimestres seguintes foram marcados por variações negativas, de 0,4% (2T) e 0,1% (3T). Apesar disso, o crescimento do PIB acumulado no ano até o 3T ainda foi forte, de 5,7%, reflexo da base fraca de comparação de 2020 com os efeitos da pandemia. Entre os segmentos, destaque negativo para a Agropecuária, com duas reduções significativas no 2T (-2,8%) e 3T (-8,0%), reflexo de problemas climáticos que pesaram substancialmente sobre importantes culturas. No acumulado do ano até o 3T, o PIB agro apresentou variação negativa de 0,1%. No caso da indústria, o PIB do setor oscilou com ligeira queda de 0,2% no 2T e manteve estabilidade no 3T (acumulado no ano +6,5%), porém com discrepâncias entre os segmentos. Por fim, o setor de serviços manteve-se em retomada, com a gradual redução dos impactos da pandemia. O PIB do setor cresceu 0,7% no 2T e 1,1% no 3T, acumulando expansão de 5,2% no ano.

Ainda sem a divulgação do PIB do 4T, os dados de outubro e novembro mostraram sinais mistos. Em outubro, o índice IBC-Br iniciou o último trimestre do ano com redução de 0,3%, o que refletiu quedas

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

de 0,6% na Pesquisa Industrial Mensal, de 1,6% na Pesquisa Mensal de Serviços e uma leve alta de 0,2% na Pesquisa Mensal de Comércio. Já em novembro o IBC-Br apresentou alta de 0,7%, impulsionado pela reação do setor de serviços (PMS +1,6%) e pela expansão do varejo (PMC +0,6%), enquanto a indústria reduziu seu ritmo de queda (PIM -0,2%). Os dados sugerem um pequeno crescimento para o PIB no 4T, número a ser confirmado no início de março. Considerando as mesmas pesquisas setoriais, os patamares dos índices alcançados em novembro representam as seguintes variações na comparação com dez/2020: PIM (-7,5%), PMC (+1,1%) e PMS (+7,9%).

A produção Agropecuária deve ter apresentado recuo de 1,4% em 2021, na média anual. O resultado do PIB Agro em 2021 deve confirmar esse desempenho negativo, com recuo estimado de 0,7% em relação a 2020. A projeção tem por base, principalmente, os recuos da produção de milho (-15,1%, segundo a Conab), de algodão (-21,4%), de cana-de-açúcar (-10,5%), e a continuidade da restrição da oferta de bovinos (atenuada pelo embargo das importações chinesas entre set/21 e dez/21), diante dos efeitos das condições climáticas adversas registradas em algumas regiões do País. Em especial, a falta de chuvas e os registros de ondas de frio mais intensas.

O cenário de redução da produção de carne bovina contribuiu de forma relevante para limitar o crescimento setor agropecuário em 2021, diante da intensificação do clima seco que danificou a qualidade das pastagens e a retenção e direcionamento de fêmeas para a reprodução, dada a manutenção dos elevados preços do bezerro. De fato, os últimos dados divulgados na Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE demonstraram a persistência do quadro de restrição de oferta de bovinos aptos para o abate (no acumulado do ano até setembro, o número de animais abatidos recuou 8,4% em comparação com o mesmo período do ano passado). Ademais, o número de animais abatidos foi fortemente impactado pela suspensão das exportações para a China, após a confirmação de casos atípicos da doença da vaca louca (EEB) em set/21 (quando o número de animais abatidos atingiu cerca de 1,9 milhão – o menor número da série histórica desde 2004), o que significou um desincentivo ao abate.

Ainda assim, é importante mencionar que os setores do agronegócio devem ter sido beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2021, favorecendo as exportações do setor. A demanda externa favorável deve ter contribuído para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja (cuja produção no ano registrou alta de +10,0% frente a 2020), incentivando maiores investimentos no setor. Destaca-se, também, que com a menor oferta de carne bovina, o setor de criação de aves e suínos foi estimulado, devendo registrar altas de 9,0% e 5,0%, respectivamente, na média anual.

O mercado de trabalho manteve sinais de melhora ao longo do ano. De acordo com dados do Caged (Ministério da Economia) foram gerados 2,7 milhões de postos de trabalho líquidos em 2021, após o fechamento líquido de 191 mil empregos formais em 2020.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

Em relação ao crédito, as concessões totais terminaram 2021 com aumento de 9,7% ante 2020, em termos reais. Houve aceleração das concessões, após crescimento de apenas 2,0% em 2020. No decorrer do último ano, os volumes de crédito apresentaram recuperação, especialmente até o 3º trimestre, levando em conta as condições de financiamento ainda em níveis atrativos (menores juros, prazos mais longos e inadimplência controlada). Além disso, a própria normalização das atividades, dado o avanço da vacinação, incentivou a retomada da demanda por crédito. Entre as carteiras, houve elevação de 13,1% para pessoa física e de 6,0% para pessoa jurídica, ambos em termos reais em 2021.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, teve um ano marcado por pressões intensas, culminando na variação de 10,06%. Além de ter superado largamente o teto da meta do ano (5,25%), foi a maior alta anual desde 2015. Em 2021, a maior pressão ao índice foi proveniente do grupo transportes (contribuição de 4,2 p.p., alta de 21,0%), influenciado pela forte elevação dos preços dos combustíveis. A segunda maior contribuição veio do grupo habitação (2,0 p.p., alta de 13,0%), impulsionado pelas altas de energia elétrica (21,2%, impacto de 0,90 p.p.) e gás de botijão (37,0%, impacto de 0,41 p.p.). Na sequência, alimentação (1,7 p.p., alta de 7,9%), com destaque para as altas de aves e ovos, carnes, óleo de soja, café e açúcar. Houve variações relevantes também nos grupos artigos de residência (12,0%), afetado por itens eletroeletrônicos e mobiliário, e vestuário (10,3%), com a retomada do comércio.

Diante da piora significativa do quadro inflacionário, com reflexos negativos nas expectativas para o IPCA em 2021 e 2022, o Banco Central iniciou em março o processo de normalização da política monetária. Após ter promovido três aumentos de 75 bps no primeiro semestre, levando a taxa básica para 4,25% ao ano, o Copom acelerou o ritmo de ajuste ao longo do segundo semestre, diante da deterioração do sentimento dos investidores com os rumos fiscais do País a partir de mudanças na regra constitucional do teto de gastos. O abalo no arcabouço fiscal resultou em uma nova rodada de desvalorização cambial e piora das expectativas de inflação, o que em conjunto com a inflação corrente ainda pressionada impôs ao Banco Central a necessidade de um ajuste mais intenso na política monetária. Foram duas altas de 100 bps (agosto e setembro), seguidas de duas elevações de 150 bps (outubro e dezembro), que resultaram na taxa Selic de 9,25% ao término do ano.

Do ponto de vista fiscal, o quadro se mostrou ambíguo. Os números do ano foram bem mais positivos do que o esperado no início de 2021, em meio ao aumento da arrecadação e volta das despesas para níveis próximos aos observados em 2019. Por outro lado, os bons resultados do ano não foram suficientes para impedir uma percepção negativa quanto aos rumos fiscais, diante das mudanças promovidas na regra do teto de gastos, a fim de liberar espaço para maiores despesas em 2022. De todo modo, o ano terminou com um superávit primário consolidado de R\$ 64,7 bilhões, ou 0,75%, sendo o primeiro saldo anual positivo desde 2013. Enquanto o Governo Central exibiu déficit de R\$

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

35,8 bilhões em 2021 (de R\$ 745,2 bilhões em 2020), os governos regionais e as estatais fecharam o ano superavitários em, respectivamente, R\$ 97,7 bilhões e R\$ 2,9 bilhões. Com isso, a dívida bruta do governo geral (DBGG) recuou para 80,3% do PIB em 2021 (de 88,6% no final de 2020), resultado em parte favorecido pelo aumento mais intenso do PIB nominal, diante da elevada inflação no período. Considerando os números do Tesouro Nacional, referentes ao resultado primário do Governo Central, as Receitas Totais cresceram 21,6% em termos reais em 2021 na comparação com 2020, enquanto as Despesas Totais recuaram 23,6%, também descontada a inflação.

O dólar teve um ano de valorização global, especialmente ao longo do segundo semestre, conforme os sinais da política monetária do Federal Reserve foram sendo alterados, na direção de um início de redução de estímulos na parte final do ano. Com isso, o “dollar index” teve alta de 3,5% em 2021.

Nos mercados domésticos, os ativos brasileiros acompanharam o ambiente ainda favorável no exterior apenas no primeiro semestre. Ao longo do segundo semestre, a deterioração do panorama político e fiscal interno pesaram sobre a confiança dos investidores, influenciando negativamente bolsa e câmbio. O Ibovespa chegou ao final de 2021 em 104.822 pontos (-11,9%), afetado também pela intensificação do ciclo de aumento dos juros pelo Banco Central.

Em suma, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade da recuperação econômica global aos efeitos mais dramáticos da pandemia de covid-19, em meio à reabertura de atividades mais afetadas e ao avanço do processo de imunização, ainda que o aparecimento de novas variantes do coronavírus siga requerendo cautela. Outro destaque do ano foi o ressurgimento das pressões inflacionárias, diante dos desequilíbrios das cadeias produtivas, aumentos de custos de matérias primas e estímulos à demanda, aspecto que levou à reversão dos sinais das políticas monetárias em diversos bancos centrais. No caso do Federal Reserve, os estímulos começaram a ser reduzidos no final de 2021 e um processo relevante de alta dos juros já está contratado para este ano. No Brasil, a retomada econômica perdeu fôlego ao longo do ano, em um contexto marcado por um aperto monetário mais intenso e incertezas crescentes, diante de riscos fiscais e políticos. Além de estimular um forte ciclo de aumento dos juros, a inflação elevada afetou o poder de compra das famílias, se traduzindo em um limitador ao consumo. De todo modo, o País encerrou 2021 com tendência de redução da taxa de desemprego, criação disseminada de empregos formais e melhora de setores mais afetados pela pandemia, como os serviços.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. De lá pra cá, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

no trabalho integrado, com a finalidade de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob - CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. - Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. - Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. - Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

O Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

No ano de 2021, o Banco Sicoob apresentou resultados consolidados de R\$ 221,35 milhões, representando um aumento de 36,63% em relação ao mesmo período de 2020. No mesmo sentido, em dezembro de 2021, os depósitos totais atingiram o valor de R\$ 56,49 bilhões, com destaque para os depósitos de poupança que totalizaram R\$ 11,58 bilhões, apresentando evolução de 16,97% em relação a dezembro de 2020. Outro destaque do ano foi o avanço de 368% dos depósitos a prazo, que totalizaram em dezembro de 2021 o valor de R\$ 2,75 bilhões.

Performance

O Banco Sicoob encerrou o ano de 2021 com ativos totais consolidados de R\$ 75,59 bilhões, redução de 0,89% em relação a dezembro de 2020, destacando-se:

a. Instrumentos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 51,45 bilhões em dezembro de 2021, o que corresponde a aumento de aproximadamente 38,55% quando comparado a dezembro de 2020, destacam-se.

Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 22,09 bilhões em dezembro de 2021, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs), o que equivale a aproximadamente 42,93% do total de instrumentos financeiros.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com montante consolidado de R\$ 750,58 milhões em dezembro de 2021, refere-se à aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

Repasses Interfinanceiros e operações de crédito

Com montante consolidado de R\$ 28,61 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 52,56% em relação a dezembro de 2020. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 240,92%, e o capital de giro, que expandiu 17,85%. Também apresentaram crescimento as carteiras com recursos de Poupança Rural, Recursos Próprios e Recursos Obrigatórios.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 1,69 bilhão, aumento de 27,35% em relação a dezembro de 2020.

b. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2021 com 9,44 milhões de plásticos, dos quais 3,96 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 21% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 76,15 bilhões, significando um crescimento de 45% em relação ao ano de 2020. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 36,74 bilhões.

c. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2021 uma redução de 4,52% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2020.

Apesar da redução de estabelecimentos ativos na base, houve um aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 38,36 bilhões, o que representa um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano de 2020.

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, no ano de 2021, o valor de R\$ 56,49 bilhões.

A Poupança Cooperada fechou o ano somando R\$ 11,58 bilhões, um crescimento de 16,97% em relação ao ano de 2020.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

e. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2021 um total de 523.266.077 documentos, sendo 12,38% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano de 2021, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 760 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos as Concessionárias Celetro RS, ADYL NET Telecom RS, Cerpalo SC, Gasmig MG, Prefeitura de Nova Lima MG, Prefeitura de Paraúna GO, BRK Sumaré SP, Prefeitura de Conchal SP, Prefeitura de Capivari SP, Unimed Porto Velho RO, Águas de Juturnaíba RJ, Águas do Paraíba RJ, Prefeitura de Ibiturama ES, BRK Maranhão MA, Águas de Nortelândia MT, Águas de Guarantã MT, Águas de Niterói RJ, BRK Macaé RJ.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;
- b) Não Financeiros:** risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de continuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos considerados relevantes.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) **3ª linha:** avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Encontra-se disponível no sítio do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos de mercado e de variação das taxas de juros, com objetivo de assegurar que o risco seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do banco.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. No processo de gerenciamento do risco são utilizadas as abordagens de valor econômico e resultado da intermediação financeira.

- a) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
- b) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas do Banco Central do Brasil - BCB;
- c) análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- d) limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- e) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- f) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- g) testes de estresse;
- h) plano de contingência.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS.

c. Risco de liquidez

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

O gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez do Banco Sicoob.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado do Banco Sicoob.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

d. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócios, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais para mensurar a satisfação e qualidade no atendimento (Ouvidoria, SAC), o atendimento em prazos regulamentares do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e a classificação reputacional frente ao mercado pelo público em geral (Reclame Aqui e redes sociais).

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

e. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, conforme elegibilidade dos tomadores de crédito:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) operações de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

f. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

g. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos e serviços financeiros, a exemplo dos seguintes:

- ✓ Pagamentos;
- ✓ Crédito;
- ✓ Administração de recursos de terceiros;
- ✓ Centralização financeira;
- ✓ Previdência;
- ✓ Seguros;
- ✓ Cartões;
- ✓ Adquirência;
- ✓ Consórcios;
- ✓ Digitalização;
- ✓ Investimentos;
- ✓ Câmbio e comércio exterior;
- ✓ Derivativos Agropecuários.

h. Risco de Continuidade de Negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

i. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) Monitorar;
- b) Selecionar;
- c) Registrar, analisar e diligenciar;
- d) Comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- e) Emitir relatórios gerenciais.

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

j. Risco Cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Banco Sicoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

- b) proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c) prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d) tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e) formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- f) promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g) estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente;
- h) definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2021 e 2020

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$ 2,47 bilhões, o que representa um aumento de 17,70% em relação ao ano anterior.

No ano, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 220,91 milhões, com retorno anualizado de 10,85% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante		75.611.894	76.269.420	75.592.986	76.264.539
Disponibilidades	4(a)	8.451.634	27.245.919	8.451.644	27.245.927
Depósitos compulsórios no Banco Central	7	2.173.252	1.518.597	2.173.252	1.518.597
Instrumentos financeiros		51.400.500	37.078.615	51.448.836	37.132.633
Títulos e Valores Mobiliários	8	22.039.486	17.436.512	22.087.821	17.490.529
Carteira própria		11.969.760	4.974.972	12.018.096	5.028.989
Títulos públicos		11.499.334	3.535.177	11.524.322	3.559.789
Títulos privados		416.348	1.388.529	416.717	1.388.882
Cotas de fundos de investimento		54.078	51.266	77.056	80.318
Vinculados a operações compromissadas		2.034.027	6.812.656	2.034.027	6.812.656
Títulos públicos		2.034.027	6.812.656	2.034.027	6.812.656
Vinculados a prestação de garantias		8.035.392	5.648.831	8.035.392	5.648.831
Títulos públicos		8.035.392	5.613.943	8.035.392	5.613.943
Títulos privados		-	34.888	-	34.888
Instrumentos financeiros derivativos		307	53	307	53
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	750.582	888.827	750.582	888.827
Repasse interfinanceiros e operações de crédito		28.610.432	18.753.276	28.610.432	18.753.276
Repasse interfinanceiros	9(a)	20.064.697	11.883.497	20.064.697	11.883.497
Operações de crédito	9(a)	8.697.369	6.990.631	8.697.369	6.990.631
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9(g)	(151.634)	(120.852)	(151.634)	(120.852)
Outros ativos	22	12.931.300	9.863.776	13.055.417	9.941.387
Transações de pagamento	22(a1)	12.556.896	9.476.361	12.604.787	9.516.182
Carteira de câmbio	22(a2)	-	187	-	187
Rendas a receber		31.969	14.558	40.769	21.556
Outros	22(a3)	444.945	444.775	512.372	475.567
(-) Provisões para outros ativos		(102.510)	(72.105)	(102.510)	(72.105)
Ativos fiscais diferidos	10	261.779	237.459	266.323	237.742
Investimentos em participações em coligadas e controladas	11	325.635	258.916	107.615	106.090
Controladas e coligadas		325.635	258.916	107.615	106.090
Imobilizado	12	62.497	64.661	76.757	73.849
Imobilizado de uso		116.783	110.643	151.322	136.332
(-) Depreciações acumuladas		(54.286)	(45.982)	(74.565)	(62.483)
Intangível	13	5.297	1.477	13.143	8.315
Direitos de uso de software		14.541	10.020	39.296	30.190
(-) Amortizações acumuladas		(9.244)	(8.543)	(26.153)	(21.875)
Total do ativo		75.611.894	76.269.420	75.592.986	76.264.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante		73.137.609	74.232.739	73.117.640	74.227.230
Passivos financeiros		62.893.757	66.138.506	62.430.740	65.807.227
Depósitos	14(a)	56.956.316	55.539.977	56.493.300	55.208.698
Obrigações por operações compromissadas	15	2.027.200	6.779.022	2.027.200	6.779.022
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debentures e similares	16	34.681	52.376	34.681	52.376
Obrigações por empréstimos e repasses	17(a)	3.875.502	3.767.130	3.875.502	3.767.130
Instrumentos financeiros derivativos	18	56	1	56	1
Provisões		15.428	14.865	16.142	15.174
Provisões para contingências	19(a)	15.217	14.670	15.931	14.979
Provisões para garantias prestadas	19(b)	211	195	211	195
Outros passivos	22	10.228.400	8.079.296	10.670.734	8.404.757
Transações de pagamentos	22(b1)	9.192.857	7.341.871	9.318.577	7.437.397
Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar		15.891	14.189	19.744	16.023
Obrigações fiscais e previdenciárias	22(b2)	224.150	100.167	280.254	128.815
Carteira de câmbio	22(b3)	338	187	338	187
Outros	22(b4)	795.164	622.882	1.051.821	822.335
Obrigações fiscais diferidas		24	72	24	72
Outras obrigações fiscais diferidas		24	72	24	72
Total do passivo		73.137.609	74.232.739	73.117.640	74.227.230
Patrimônio Líquido	20	2.474.285	2.036.681	2.475.346	2.037.309
Capital social		2.110.226	1.864.332	2.110.226	1.864.332
Reservas de capital		858	51	858	51
Reserva de lucros		393.397	218.378	393.397	218.378
Outros resultados abrangentes		(30.196)	(46.080)	(30.196)	(46.080)
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.062	628
Total do passivo e do patrimônio líquido		75.611.894	76.269.420	75.588.261	76.264.539

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	3.410.726	2.201.998	2.189.295	1.050.854	3.412.187	2.202.869
Resultado com operações de crédito 9(h)	1.522.972	1.086.740	893.084	552.003	1.522.972	1.086.740
Resultado com títulos e valores mobiliários 8(c)	1.827.278	1.084.582	1.253.068	487.234	1.828.739	1.085.453
Resultado com instrumentos financeiros derivativos 8(c)	(847)	(7.808)	(1.217)	(1.199)	(847)	(7.808)
Resultado de operações de câmbio 22(c)	6.020	9.042	4.225	1.423	6.020	9.042
Resultado das aplicações compulsórias	55.303	29.442	40.135	11.393	55.302	29.442
Despesas da intermediação financeira	(2.656.711)	(1.539.210)	(1.841.380)	(689.118)	(2.638.669)	(1.533.260)
Operações de captação no mercado 14(b)	(2.421.845)	(1.354.694)	(1.711.499)	(592.124)	(2.404.390)	(1.350.194)
Operações de empréstimos e repasses 17(b)	(159.796)	(127.203)	(81.054)	(69.058)	(159.796)	(127.203)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito 9(g)	(75.070)	(57.313)	(48.827)	(27.936)	(74.483)	(55.863)
Resultado bruto da intermediação financeira	754.015	662.788	347.915	361.736	773.518	669.609
Receitas Operacionais	1.748.806	1.378.645	950.054	708.997	2.129.677	1.618.732
Receitas de prestação de serviços 22(d)	1.330.181	976.305	730.277	503.668	1.713.715	1.243.464
Rendas de tarifas bancárias 22(d)	123	54	64	23	123	54
Resultado de participações em controladas e coligadas 11	87.612	71.367	44.232	37.482	21.331	35.258
Outras receitas operacionais 22(e)	330.890	330.919	175.481	167.824	394.509	339.956
Despesas Operacionais	(2.075.562)	(1.836.554)	(1.078.769)	(961.987)	(2.428.927)	(2.059.207)
Despesas de pessoal 22(f)	(150.527)	(143.986)	(80.855)	(74.380)	(228.249)	(220.729)
Despesas administrativas 22(g)	(411.524)	(269.626)	(241.087)	(147.826)	(689.516)	(444.569)
Despesas tributárias	(167.187)	(132.944)	(87.891)	(68.963)	(213.008)	(166.152)
Outras despesas operacionais 22(h)	(1.346.324)	(1.289.998)	(668.936)	(670.818)	(1.298.154)	(1.227.757)
Resultado operacional	427.259	204.879	219.201	108.746	474.267	229.134
Resultado não operacional 22(i)	(38.091)	3.876	(14.226)	(1.895)	(38.091)	3.854
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	389.168	208.755	204.975	106.851	436.176	232.988
Imposto de renda e contribuição social 10	(154.028)	(34.794)	(92.594)	(29.193)	(196.780)	(56.193)
Provisão para imposto de renda 10(e)	(99.086)	(40.960)	(38.902)	1.487	(128.023)	(55.067)
Provisão para contribuição social 10(e)	(92.305)	(32.342)	(42.875)	(372)	(110.382)	(39.621)
Ativo fiscal diferido 10(e)	37.364	38.508	(10.817)	(30.308)	41.625	38.495
Participações estatutárias no lucro	(14.228)	(12.929)	(9.171)	(7.988)	(18.041)	(14.781)
Resultado líquido	220.912	161.032	103.210	69.670	221.354	162.014
Quantidade e ações	1.120.742.225	1.003.744.529	1.120.742.225	1.003.744.529	1.120.742.225	1.003.744.529
Resultado líquido por ação	92,09	160,43	92,09	69,41	92,26	161,41
Resultado atribuível à controladora					220.912	161.032
Resultado atribuível aos acionistas não controladores					442	982

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
Nota	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido	220.912	161.032	103.210	69.670	221.354	162.014
Outros resultados abrangentes						
Itens que serão reclassificados para o resultado	15.884	(46.761)	25.669	(40.736)	15.884	(46.761)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	28.880	(84.917)	46.760	(74.066)	28.880	(84.917)
Efeitos tributários	(12.996)	38.156	(21.091)	33.330	(12.996)	38.156
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício líquido de impostos	236.796	114.271	128.879	28.934	237.238	115.253
Resultado abrangente total do semestre/exercício	236.796	114.271	128.879	28.934	237.238	115.253
Lucro atribuível ao controlador	236.796	114.271	128.879	28.934	236.796	114.271
Lucro atribuível à participação dos não controladores					442	982

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	51	172.831	681	-	-	1.916.333	9.708	1.926.041
Venda participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.062)	(10.062)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	982	982
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	(46.761)	-	-	(46.761)	-	(46.761)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(46.761)	-	-	(46.761)	982	(45.779)
Aumento de Capital		121.562	(217.618)	-	-	-	-	-	-	(96.056)	-	(96.056)
Capital a Realizar		-	-	(121.562)	-	-	-	-	-	(121.562)	-	(121.562)
Integralização de Capital		-	217.618	121.562	-	-	-	-	-	339.180	-	339.180
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(115.485)	-	-	-	(115.485)	-	(115.485)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	161.032	-	161.032	-	161.032
Destinações propostas:											-	-
Reserva legal		-	-	-	-	8.052	-	(8.052)	-	-	-	-
Reserva de Lucros		-	-	-	-	145.331	-	(145.331)	-	-	-	-
Dividendos propostos	20(d)	-	-	-	-	7.649	-	(7.649)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	628	2.037.309
Mutações do exercício		121.562	-	-	-	45.547	-	-	-	167.109	-	167.109
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	51	218.378	(46.080)	-	-	2.036.681	628	2.037.309
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	434	434
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	15.884	-	-	15.884	-	15.884
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	15.884	-	-	15.884	434	16.318
Aumento de Capital		-	245.894	(245.894)	-	-	-	-	-	-	-	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2021 e 2020

Integralização de Capital	245.894	(245.894)	245.894	-	-	-	-	-	245.894	-	245.894
Aquisições de Ações Próprias	-	-	-	807	-	-	-	-	807	-	807
Dividendos Propostos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(45.894)	-	-	-	(45.894)	-	(45.894)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	220.913	-	220.913	-	220.913
Destinações propostas:											
Reserva legal	-	-	-	-	11.046	-	(11.046)	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	199.373	-	(199.373)	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 19d)	20(d)	-	-	-	10.494	-	(10.494)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.110.226	-	-	858	393.397	(30.196)	-	-	2.474.285	1.062	2.475.347
Mutações do exercício	245.894	-	-	807	175.019	-	-	-	421.720	-	421.720
Saldos em 30 de junho de 2021	1.910.226	-	-	51	290.186	(55.865)	-	(20.386)	2.124.212	887	2.125.099
Lucro líquido do exercício											
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	25.669	-	-	25.669	174	25.843
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	25.669	-	-	25.669	174	25.843
Aumento de capital	-	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	200.000	(200.000)	200.000	-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
Aquisição de ações próprias	-	-	-	807	-	-	-	20.386	21.193	-	21.193
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	103.210	-	103.210	-	103.210
Destinações propostas:											
Reserva legal	-	-	-	-	5.161	-	(5.161)	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	93.147	-	(93.147)	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 19d)	-	-	-	-	4.903	-	(4.903)	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2021	2.110.226	-	-	858	393.397	(30.196)	-	-	2.474.285	1.061	2.475.346
Mutações do exercício	200.000	-	-	807	103.211	-	-	20.386	324.404	-	324.403

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco				Consolidado	
		Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucro líquido ajustado		428.326	210.219	229.995	106.197	549.190	277.301
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		389.167	208.755	204.974	106.851	436.176	232.987
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		75.070	57.476	48.827	27.936	75.070	57.476
Depreciações e amortizações		9.006	8.577	4.690	4.314	16.381	15.119
Resultado de participações em controladas		(87.612)	(71.367)	(44.232)	(37.482)	(21.331)	(35.258)
Amortização de ágio de participação em controladas		39.799	4.763	14.317	3.473	39.799	4.763
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		2.896	2.015	1.419	1.105	3.096	2.215
Aumento (diminuição) das aplicações interfinanceiras de liquidez		138.246	(134.794)	(31.456)	(222.128)	138.246	(134.794)
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários		(4.587.091)	523.347	(2.501.610)	(637.854)	(4.581.408)	516.668
Aumento das relações interfinanceiras e interdependências		(8.140.253)	(2.256.099)	(5.922.466)	(2.609.692)	(8.148.325)	(2.256.616)
Aumento das operações de crédito		(1.725.045)	(1.773.362)	(1.602.187)	(1.021.060)	(1.725.045)	(1.773.362)
Aumento de outros créditos		(2.032.700)	(1.343.261)	(1.412.847)	(1.775.930)	(2.066.933)	(1.352.942)
Diminuição de outros valores e bens		11.783	228	11.204	5.083	10.935	192
Aumento de depósitos		1.416.339	17.657.753	6.320.488	5.224.832	1.299.176	17.483.103
Aumento das obrigações por operações compromissadas		(4.751.822)	2.838.423	(1.602.237)	2.946.300	(4.751.822)	2.838.423
Diminuição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures		(17.695)	(59.263)	(1.859)	(9.522)	(17.695)	(59.263)
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		108.373	677.351	347.372	610.138	108.373	677.352
Diminuição de outras obrigações		230.054	(33.371)	(254.703)	(4.708)	281.732	101.730
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43.601)	(114.035)	(43.601)	(114.035)	(46.958)	(117.392)
Variação nos resultados de exercícios futuros		(2)	(155)	(153)	(99)	(2)	(156)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(18.965.087)	16.192.981	(6.464.061)	2.497.521	(18.950.536)	16.200.244
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Investimentos em participação societária		(20.476)	(51.723)	(20.387)	(51.661)	(20.476)	(51.723)
Recebimento de dividendos de coligadas		1.093	23.657	-	-	-	20.000
Alienação de imobilizado de uso		-	18	-	-	-	46
Aquisição de imobilizado		(6.140)	(1.615)	(2.669)	(105)	(15.010)	(2.469)
Aquisição de intangível		(4.520)	(476)	(4.285)	(6)	(9.106)	(3.255)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(30.043)	(30.139)	(27.341)	(51.772)	(44.592)	(37.401)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Aumento de capital social		245.894	121.562	200.000	-	245.894	121.562
Aquisição de ações de própria emissão		807	-	21.193	-	807	-
Pagamento de dividendos		(45.856)	(121.225)	-	-	(45.856)	(121.225)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		200.845	337	221.193	-	200.845	337
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4	(18.794.285)	16.163.179	(6.270.209)	2.445.749	(18.794.283)	16.163.180
Modificação na posição financeira							
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		(18.794.285)	16.163.179	(6.270.209)	2.445.749	(18.794.283)	16.163.180
No início do período		27.245.919	11.082.740	14.721.843	24.800.170	27.245.927	11.082.747
No final do período		8.451.634	27.245.919	8.451.634	27.245.919	8.451.644	27.245.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06 lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. O Banco Sicoob atende aos dispostos nas Resoluções CMN 4.720/2019 e BCB 2/2020.

A Resolução BCB 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade e a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Foi publicada, em maio de 2021, a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados.

A Resolução CMN nº 4.966, publicada em novembro de 2021, trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco Sicoob, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do Banco Sicoob para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os saldos de suas controladas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. e Sicoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 16 de fevereiro de 2022.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Banco Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/02 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

É fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto, (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em experiência passada, cenário atual e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 9g.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso – 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Banco Sicoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição, por sua vez, foi constituída à 15% entre janeiro e junho e à 20% entre julho e dezembro, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.034/21, posteriormente convertida na Lei nº 14.183/21.

Ambos os tributos foram constituídos, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

O ativo fiscal diferido de imposto de renda foi calculado com base nas mesmas alíquotas descritas acima. O ativo fiscal diferido de contribuição social foi calculado a 20% com um complemento de 5% no período de julho a novembro, conforme estudo de realização e expectativa de consumo das provisões com vencimento em 2021, considerando o aumento da alíquota do tributo conforme disposição legal da Lei nº 14.183/21.

Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido de contribuição social retornou a ser calculado à alíquota de 20% em decorrência de disposição legal da mencionada Lei nº 14.183.

Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - aprovado pela Resolução CMN 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - aprovado pela Resolução CMN 3.566/2008;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - aprovado pela Resolução CMN 4.720/2019;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - aprovado pela Resolução CMN 4.636/2018;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - aprovado pela Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - aprovado pela Resolução CMN 4.007/2011;
- CPC 24 - Evento subsequente - aprovado pela Resolução CMN 3.973/2011;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - aprovado pela Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Resolução CMN 4.424/2015; e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - aprovado pela Resolução CMN 4.748/2019.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa

a. Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Caixa	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	39.882	32.044	39.892	32.052
Moeda nacional		383	322	389	328
Depósitos bancários		-	-	4	2
Reservas livres		-	268	-	268
Moeda estrangeira		39.499	31.454	39.499	31.454
Equivalentes de caixa					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	6	8.411.752	27.213.875	8.411.752	27.213.875
Total		8.451.634	27.245.919	8.451.644	27.245.927

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 5 – Disponibilidades

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional		383	322	389	328
Depósitos bancários		-	-	4	2
Reservas livres		-	268	-	268
Moeda estrangeira		39.499	31.454	39.499	31.454
Total		39.882	32.044	39.892	32.052

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Banco e Consolidado							
Vencimento						Total	Total
	Nota	Até 1 mês	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	8.411.752	-	-	-	8.411.752	27.213.875
Re vendas a liquidar – posição bancada		8.411.752	-	-	-	8.411.752	27.213.875
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	51.776	601.446	97.360	750.582	888.827
Total		8.411.752	51.776	601.446	97.360	9.162.334	28.102.702
Circulante						9.064.974	28.102.702
Não Circulante						97.360	

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Posição Bancada	916.844	578.588	607.672	299.904
Posição Financiada	-	11.314	-	11.314
Subtotal	916.844	589.902	607.672	311.218
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	32.219	23.026	20.289	8.938
Total	949.063	612.928	627.961	320.156

Nota 7 – Depósitos compulsórios no Banco Central

	Nota	Banco e Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Bacen – Pagamentos Instantâneos		229.323	91.729
Bacen - Reservas Compulsórias em espécie		4.896	6.661
Bacen - Recolhimentos obrigatórios		1.939.033	1.420.207
Total		2.173.252	1.518.597
Circulante		2.173.252	1.518.597
Não Circulante		-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “Títulos para negociação”, “Disponíveis para venda” e “Títulos Mantidos até o vencimento”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNs) - é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundos de investimento - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

iii. Títulos privados - Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil, Bolsa, Balcão e no SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

Vencimento						Total 31/12/2021			Total 31/12/2020			
Banco	Nota	Sem Vencimento	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda												
Carteira Própria		54.078	524.631	-	1.132.124	11.231.478	12.997.213	12.942.311	(54.902)	14.869.752	14.785.971	(83.781)
LFT		-	288.473	-	121.733	5.926.647	6.364.725	6.336.853	(27.872)	3.155.961	3.127.897	(28.064)
Fundos		54.078	-	-	-	-	54.078	54.078	-	51.266	51.266	-
LF		-	236.158	-	-	-	236.105	236.158	53	1.203.903	1.201.847	(2.056)
Total		54.078	524.631	-	121.733	5.926.647	6.654.908	6.627.089	(27.819)	4.411.130	4.381.010	(30.120)
Carteira vinculada à recompra												
LFT		-	-	-	-	2.034.027	2.046.984	2.034.027	(12.957)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Total		-	-	-	-	2.034.027	2.046.984	2.034.027	(12.957)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Carteira vinculada a garantias												
LFT		-	-	-	1.010.391	3.270.804	4.295.321	4.281.195	(14.126)	34.913	34.888	(25)
LF		-	-	-	-	-	-	-	-	5.633.247	5.613.943	(19.304)
Total		-	-	-	1.010.391	3.270.804	4.295.321	4.281.195	(14.126)	5.668.160	5.648.831	(19.329)
II – Títulos para negociação												
Carteira própria		307	-	-	-	-	307	307	-	656	654	(2)
CPR		-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Instrumentos Financeiros Derivativos												
Futuro – Câmbio		307	-	-	-	-	307	307	-	53	53	-
Total		307	-	-	-	-	307	307	-	53	53	-
III – Títulos mantidos até o vencimento												
Carteira própria		-	-	8.727	14.520	9.073.621	9.101.365	9.096.868	(4.497)	2.658.635	2.649.887	(8.748)
LFT		-	-	-	-	5.162.481	5.162.481	5.162.481	-	407.280	407.280	-
CPRF – PÓS		-	-	-	2.040	136.516	138.556	138.556	-	126.033	126.033	-
CPRF - PRÉ		-	-	8.727	12.480	20.427	46.131	41.634	(4.497)	68.796	60.048	(8.748)
Total		-	-	8.727	14.520	5.319.424	5.347.168	5.342.671	(4.497)	602.109	593.361	(8.748)
Carteira vinculada à recompra												
LFT		-	-	-	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	-
Carteira vinculada à garantia												
LFT		-	-	-	-	3.754.197	3.754.197	3.754.197	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	3.754.197	3.754.197	3.754.197	-	-	-	-
Total - TVM												
		54.385	524.631	8.727	1.146.644	20.305.099	22.098.885	22.039.486	(59.399)	17.529.043	17.436.512	(92.531)
Circulante								1.734.387			2.497.286	
Não Circulante								20.305.099			14.939.226	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

Consolidado	Nota	Vencimento					Total 31/12/2021			Total 31/12/2020		
		Sem Vencimento	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda		77.056	524.631	-	1.132.493	11.256.466	13.045.548	12.990.646	(54.902)	14.923.769	14.839.988	(83.781)
Carteira Própria												
LFT		-	288.473	-	121.733	5.951.635	6.389.713	6.361.841	(27.872)	3.180.573	3.152.509	(28.064)
CDB		-	-	-	369	-	369	369	-	353	353	-
Fundos		77.056	-	-	-	-	77.056	77.056	-	80.318	80.318	-
LF		-	236.158	-	-	-	236.105	236.158	53	1.203.903	1.201.847	(2.056)
Total		77.056	524.631	-	122.102	5.951.635	6.703.243	6.675.424	(27.819)	4.465.147	4.435.027	(30.120)
Carteira vinculada à recompra												
LFT		-	-	-	-	2.034.027	2.046.984	2.034.027	(12.957)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Total		-	-	-	-	2.034.027	2.046.984	2.034.027	(12.957)	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Carteira vinculada a garantias												
LFT		-	-	-	1.010.391	3.270.804	4.295.321	4.281.195	(14.126)	34.913	34.888	(25)
LF		-	-	-	-	-	-	-	-	5.633.247	5.613.943	(19.304)
Total		-	-	-	1.010.391	3.270.804	4.295.321	4.281.195	(14.126)	5.668.160	5.648.831	(19.329)
II – Títulos para negociação		307	-	-	-	-	307	307	-	656	654	(2)
Carteira própria												
CPR		-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	603	601	(2)
Instrumentos Financeiros Derivativos												
Futuro – Câmbio		307	-	-	-	-	307	307	-	53	53	-
Total		307	-	-	-	-	307	307	-	53	53	-
III – Títulos mantidos até o vencimento		-	-	8.727	14.520	9.073.621	9.101.365	9.096.868	(4.497)	2.658.635	2.649.887	(8.748)
Carteira própria												
LFT		-	-	-	-	5.162.481	5.162.481	5.162.481	-	407.280	407.280	-
CPRF – PÓS		-	-	-	2.040	136.516	138.556	138.556	-	126.033	126.033	-
CPRF – PRÉ		-	-	8.727	12.480	20.427	46.131	41.634	(4.497)	68.796	60.048	(8.748)
Total		-	-	8.727	14.520	5.319.424	5.347.168	5.342.671	(4.497)	602.109	593.361	(8.748)
Carteira vinculada à recompra												
LFT		-	-	-	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	2.056.526	2.056.526	-
Carteira vinculada à garantia												
LFT		-	-	-	-	3.754.197	3.754.197	3.754.197	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	3.754.197	3.754.197	3.754.197	-	-	-	-
Total - TVM Circulante		77.363	524.631	8.727	1.147.013	20.330.087	22.147.220	22.087.821	(59.399)	17.583.060	17.490.529	(92.531)
Não Circulante								1.757.734			2.527.016	
								20.330.087			14.963.513	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

Nota	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	12.942.311	14.785.971	12.942.311	14.785.971
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação	-	601	-	601
Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	9.096.868	2.649.887	9.096.868	2.649.887
Total	22.039.179	17.436.459	22.039.179	17.436.459

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 8.035.392 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.648.831), sendo principalmente:

(a) R\$ 3.986.022 (31/12/2020 – R\$ 1.891.950) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.

(b) R\$ 3.982.980 (31/12/2020 – R\$ 3.692.745) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos

Nota	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Rendas com Títulos de Renda Fixa	874.062	469.287	621.298	165.443	875.139	470.007
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	10.416	11.045	7.015	4.310	10.800	11.230
TVM – Ajuste Positivo ao Valor de Mercado	-	46	-	159	-	46
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6(b) 949.063	612.928	627.961	320.156	949.063	612.928
Resultado de Operações com Derivativos	(847)	(7.808)	(1.218)	(1.199)	(847)	(7.808)
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(6.263)	(8.724)	(3.205)	(2.834)	(6.263)	(8.758)
Total	1.826.431	1.076.774	1.251.851	486.035	1.827.892	1.077.645

Nota 9 – Repasses interfinanceiros e operações de crédito

a. Composição da carteira de repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

Nota	Banco e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Repasses Interfinanceiros	20.064.697	11.883.497
Empréstimos e títulos descontados	3.699.945	2.683.726
Financiamentos	1.165.222	1.243.993
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.118.815	2.853.657
Financiamentos Imobiliários	713.387	209.255
Outros Créditos	22(a1) 7.791.238	5.736.586
Subtotal	36.553.304	24.610.714
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros	(12.283)	(1.747)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	(139.351)	(119.105)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos	(102.051)	(71.442)
Total	36.299.619	24.418.420
Circulante	21.780.602	15.012.523
Não Circulante	14.519.017	9.405.897

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco

Banco e Consolidado											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Repasse Interfinanceiros	18.380.302	1.305.078	281.127	98.190	-	-	-	-	-	20.064.697	11.883.497
Empréstimos e títulos descontados	871.284	1.929.293	480.569	299.051	88.432	14.771	5.021	2.160	9.365	3.699.946	2.683.725
Financiamentos	34.056	392.205	333.865	295.062	60.459	20.627	7.292	11.844	9.812	1.165.222	1.243.993
Financiamentos rurais e agroindustriais	127.927	2.474.331	339.244	134.538	24.079	8.770	3.486	3.890	2.550	3.118.815	2.853.658
Financiamentos Imobiliários	37.068	404.976	115.855	131.678	21.366	1.708	582	-	153	713.386	209.255
Total	19.450.637	6.505.883	1.550.660	958.519	194.336	45.876	16.381	17.894	21.880	28.762.066	18.874.128
Outros créditos	39.955	5.184.413	1.583.317	706.246	237.430	30.626	5.408	1.230	2.613	7.791.238	5.736.586
Total Geral	19.490.592	11.690.296	3.133.977	1.664.765	431.766	76.502	21.789	19.124	24.493	36.553.304	24.610.714
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	58.370	31.227	49.684	42.976	22.946	10.867	13.277	24.338	253.685	192.294
Total líquido de provisões em 31/12/2021	19.490.592	11.631.926	3.102.750	1.615.081	388.790	53.556	10.922	5.847	155	36.299.619	-
Total líquido de provisões em 31/12/2020	12.874.122	7.992.832	2.116.156	1.056.106	302.579	67.993	5.700	2.932	-	-	24.418.420

c. Composição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por modalidade

Banco e Consolidado										
	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Repasse Interfinanceiros	6.526	2.811	2.946	-	-	-	-	-	12.283	1.748
Empréstimos e títulos descontados	9.646	4.805	8.972	8.843	4.431	2.511	1.512	9.365	50.085	36.029
Financiamentos	1.879	3.226	8.593	5.846	6.183	3.617	8.182	9.658	47.184	49.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.372	3.392	4.036	2.408	2.631	1.743	2.723	2.550	31.855	31.314
Financiamentos Imobiliários	2.025	1.159	3.950	2.136	513	291	-	153	10.227	2.176
Total	32.448	15.393	28.497	19.233	13.758	8.162	12.417	21.726	151.634	120.852
Outros créditos	25.922	15.833	21.187	23.743	9.188	2.704	861	2.613	102.051	71.442
Total Geral	58.370	31.226	49.684	42.976	22.946	10.866	13.278	24.339	253.685	192.294

d. Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

d1. Repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em curso normal

Banco e Consolidado												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020	
01 a 30 dias	359.177	406.250	128.393	81.002	34.635	5.256	836	394	505	1.016.448	655.699	
31 a 60 dias	402.402	312.383	93.074	47.663	16.151	2.189	529	293	542	875.226	709.478	
61 a 90 dias	1.051.655	462.807	136.474	82.059	20.420	3.035	716	255	373	1.757.794	899.739	
91 a 180 dias	3.539.628	1.669.511	483.554	264.729	67.849	10.182	2.242	1.109	1.291	6.040.095	4.312.368	
181 a 360 dias	5.721.718	4.305.260	1.243.199	611.058	182.412	25.804	4.982	2.246	3.280	12.099.959	8.466.632	
Acima de 360	8.415.376	4.506.371	987.665	513.560	78.928	21.476	5.495	10.571	10.078	14.549.520	9.442.924	
Total	19.489.956	11.662.582	3.072.359	1.600.071	400.395	67.942	14.800	14.868	16.069	36.339.042	24.486.840	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d2. Repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em curso anormal

Banco e Consolidado										
Parcelas vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
01 a 30 dias	78	16.218	46.213	19.513	9.066	1.658	420	256	330	31/12/2021
31 a 60 dias			72	22.986	3.735	745	280	120	250	31/12/2020
61 a 90 dias			21	123	7.611	388	157	89	208	
91 a 180 dias				53	137	217	304	229	604	
181 a 360 dias				8	10	77	177	128	1.087	
Acima de 360				-	-	-	-	-	217	
Total	78	16.218	46.306	42.683	20.559	3.085	1.338	822	2.696	
Parcelas vincendas										
01 a 30 dias	3	217	383	501	241	134	141	85	208	31/12/2021
31 a 60 dias	2	150	312	440	222	124	136	97	191	31/12/2020
61 a 90 dias	2	162	335	501	286	143	147	104	204	
91 a 180 dias	6	451	863	1.231	685	397	394	266	559	
181 a 360 dias	12	838	1.737	2.468	1.264	721	747	501	1.034	
Acima de 360	533	9.678	11.682	16.870	8.114	3.956	4.086	2.381	3.532	
Total	558	11.496	15.312	22.011	10.812	5.475	5.651	3.434	5.728	
Total	636	27.714	61.618	64.694	31.371	8.560	6.989	4.256	8.424	

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

Banco e Consolidado									
Vencidas	A vencer						Total	Total	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2021	31/12/2020	
Rural	-	114.154	436.887	942.212	805.646	819.916	-	3.118.815	2.853.657
Intermediários financeiros	-	1.864.133	9.672.495	5.372.163	1.731.453	1.424.451	-	20.064.695	11.883.497
Pessoas físicas	64.905	1.109.728	5.191.138	965.454	542.403	489.813	305.164	8.668.605	6.341.636
Outros serviços	30.406	605.398	2.853.706	891.223	283.890	35.327	1.239	4.701.189	3.531.924
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	95.311	3.693.413	18.154.226	8.171.052	3.363.392	2.769.507	306.403	36.553.304	24.610.714

f. Concentração dos repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

f1. Concentração dos repasses interfinanceiros

	Banco e Consolidado			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	6.738.805	33,59	4.118.766	34,66
50 maiores seguintes	8.302.858	41,37	4.641.710	39,05
100 devedores seguintes	4.474.545	22,30	2.668.875	22,46
Demais	548.489	2,74	454.146	3,83
Total	20.064.697	100,00	11.883.497	100,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f2. Concentração das operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	706.632	8,12	531.504	7,60
50 maiores seguintes	718.696	8,26	572.516	8,19
100 devedores seguinte	360.801	4,15	335.274	4,80
Demais	6.911.240	79,46	5.551.337	79,41
Total	8.697.369	100,00	6.990.631	100,00

f3. Concentração das operações – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%
10 maiores devedores	8.253	0,11	6.129	0,11
50 maiores seguintes	21.444	0,28	15.128	0,26
100 devedores seguinte	26.297	0,34	18.462	0,32
Demais	7.735.244	99,27	5.696.867	99,31
Total	7.791.238	100	5.736.586	100,00

g. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

g1. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do período	120.852	96.109	127.650	121.295
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Repasses Interfinanceiros	10.536	(6.830)	8.222	(3.833)
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	34.112	45.835	23.282	9.797
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(13.866)	(14.262)	(7.520)	(6.407)
Saldo no final do período	151.634	120.852	151.634	120.852

Os créditos renegociados totalizam R\$ 246,90 milhões no ano (31/12/2020 - R\$ 231,66 milhões) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor R\$ 177,84 milhões refere-se às renegociações de Crédito Consignado, R\$ 9,76 milhões corresponde às operações de Crédito Rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 59,27 milhões decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CMN.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2021 totalizou R\$ 5.497 (31/12/2020 - R\$ 2.927).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do período	71.442	51.967	83.333	50.598
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	30.609	19.475	18.718	20.844
Saldo no final do período	102.052	71.442	102.052	71.442

h. Receitas de repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Rendas de repasses interfinanceiros	892.054	590.092	544.725	295.795
Empréstimos e títulos descontados	312.695	257.892	175.745	126.827
Financiamentos	112.564	72.981	62.966	42.615
Financiamentos rurais e agroindustriais	171.432	153.055	87.236	78.714
Rendas de financiamentos habitacionais	28.800	9.793	19.834	6.100
Subtotal	1.517.545	1.083.813	890.506	550.051
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.427	2.927	2.578	1.952
Saldo no final do exercício	1.522.972	1.086.740	893.084	552.003

Nota 10 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos créditos tributários

Composição	31/12/2021				31/12/2020			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	259.818	259.818	259.818	259.818	198.301	198.301	198.301	198.301
Passivos Contingentes	15.217	15.217	15.546	15.546	14.670	14.670	14.670	14.670
Ajuste a valor de mercado (TVM)	54.956	54.956	54.956	54.956	83.782	83.782	83.782	83.782
Participação nos resultados	14.659	14.659	15.614	15.614	13.106	13.106	13.301	13.301
Comissão programa de aceleração SIPAG	4.266	4.266	4.266	4.266	4.009	4.009	4.009	4.009
FGTS 50% - diretoria	1.996	1.996	2.384	2.384	1.608	1.608	2.096	2.096
Provisões campanha nacional de vendas	30.815	30.815	31.729	31.729	29.582	29.582	29.582	29.582
Programa de Incentivo - Crédito	109.761	109.761	109.761	109.761	102.702	102.702	102.702	102.702
Bonificação cartão	-	-	-	-	5.345	5.345	5.345	5.345
Honorários advocatícios	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518	1.518
Outras provisões	88.726	88.726	99.427	99.427	73.063	73.063	73.086	73.086
Montante	581.732	581.732	595.019	595.019	527.686	527.686	528.392	528.392
Aliquotas	25%	20%	25%	20%/15%/9%	25%	20%	25%	20%/15%
Créditos tributários constituídos	145.433	116.346	148.754	117.569	131.922	105.537	132.098	105.644

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Movimentação

Composição	31/12/2021				31/12/2020			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	131.922	105.537	132.098	105.644	100.736	60.441	100.921	60.552
Imposto diferido (passivo)	(40)	(32)	(40)	(32)	(284)	(170)	(284)	(170)
Subtotal	131.882	105.505	132.058	105.612	100.452	60.271	100.637	60.382
Ajuste em resultado	20.758	16.606	23.903	17.722	10.201	28.307	10.192	28.303
Créditos tributários constituídos	244.217	195.373	248.555	196.952	214.807	183.994	214.904	184.053
Créditos tributários baixados	(223.499)	(178.799)	(224.692)	(179.262)	(204.567)	(155.655)	(204.673)	(155.718)
Movimentação Imposto Diferido	40	32	40	32	(39)	(32)	(39)	(32)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	(7.220)	(5.776)	(7.220)	(5.776)	21.229	16.927	21.229	16.927
Créditos tributários constituídos	250.678	200.716	250.678	200.715	118.262	94.288	118.262	94.289
Créditos tributários baixados	(257.885)	(206.481)	(257.885)	(206.480)	(97.316)	(77.531)	(97.316)	(77.532)
Movimentação do imposto diferido	(13)	(11)	(13)	(11)	283	170	283	170
Movimentação	13.538	10.830	16.683	11.946	31.430	45.234	31.421	45.230
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	145.433	116.346	148.754	117.569	131.922	105.537	132.098	105.644
Imposto diferido (passivo)	(13)	(11)	(13)	(11)	(40)	(32)	(40)	(32)
	145.420	116.335	148.741	117.558	131.882	105.505	132.058	105.612

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	31/12/2021			
	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2022	90.446	80.846	92.808	82.957
2023	37.960	31.490	40.051	33.225
2024	30.575	23.816	30.666	23.887
2025	28.541	20.874	28.541	20.875
2026	28.192	19.361	28.192	19.361
2027 a 2031	46.065	29.705	46.065	29.705
Total de créditos tributários	261.779	206.092	266.323	210.010

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Demonstração de realização do crédito tributário

Em relação à previsão de realização do crédito tributário apontada no estudo técnico realizado em 31 de dezembro de 2020, o Banco Sicoob realizou 98% do total constituído no final do exercício.

Créditos Tributários	Previsão de realização	Realizado	Percentual
Comissão programa de aceleração SIPAG	1.804	1.804	100%
Provisão títulos TVM	965	965	100%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.998	3.998	100%
Provisões Pré Autorizadas	52	52	100%
Provisão para riscos cíveis	1.281	561	44%
Provisões para riscos trabalhistas	777	777	100%
Provisão para garantias prestadas	67	67	100%
Participação nos resultados	5.898	5.898	100%
Honorários de sucumbência	246	99	40%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bonificação Cartão	2.406	2.406	100%
Campanha poupança premiada	2.536	2.034	80%
Provisão incentivo crédito	46.216	46.216	100%
Provisão desenvolvimento ações master platinum	189	189	100%
Provisão Campeonato Brasileiro	386	386	100%
Provisões CNV	13.312	13.312	100%
ISS – Lei Complementar 157/2016*	355	-	-
Aluguel máquinas SIPAG	402	402	100%
Provisão Fraudes - Cartões	14.575	14.575	100%
Total	95.465	93.741	98%

* a provisão do ISS – Lei Complementar 157/2016 teve a expectativa de realização alterada para 2023

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

■ as alíquotas da Contribuição Social variaram entre 25%, 20%, 15% e 9% em 2021, a depender da natureza jurídica das empresas e do período do exercício.

** as alíquotas da Contribuição Social variaram entre 20%, 15% e 9% em 2020, a depender da natureza jurídica das empresas e do período do exercício.

	Banco										Consolidado			
	31/12/2021			31/12/2020			2º semestre 2021		2º semestre 2020		31/12/2021		31/12/2020	
Composição	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
		1º semestre	2º semestre		até fevereiro	a partir de março								
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	389.168	184.193	204.975	208.755	40.324	168.431	204.975	204.975	106.851	106.851	436.176	436.176	232.988	232.988
Resultado de participações em controladas	(87.612)	(43.380)	(44.232)	(71.367)	(6.165)	(65.202)	(44.232)	(44.232)	(37.482)	(37.482)	(21.331)	(21.331)	(35.258)	(35.258)
Participação de empregados nos lucros	(14.228)	(5.057)	(9.171)	(12.929)	(1.481)	(11.448)	(9.171)	(9.171)	(7.988)	(7.988)	(18.041)	(18.041)	(14.781)	(14.781)
Base de cálculo	287.328	135.756	151.572	124.459	32.678	91.781	151.572	151.572	61.381	61.381	396.804	396.804	182.949	182.949
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	25%	15%	20%	25%	25%	25%	20%	25%	*	25%	**
	71.832	27.151	37.893	31.115	4.902	18.356	37.893	37.893	15.345	12.276	99.201	81.604	45.737	30.270
Efeito tributário sobre diferenças temporárias														
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.379	3.780	10.654	11.006	958	7.528	10.654	10.654	5.180	4.144	15.379	14.434	11.006	8.486
Provisões Passivos Contingentes	137	(21)	163	214	28	133	163	163	42	33	238	215	183	135
Demais provisões	5.213	12.933	(10.953)	(788)	2.716	(4.252)	(10.953)	(10.953)	(22.031)	(17.624)	7.889	3.126	(740)	(1.445)
	20.729	16.692	(136)	10.432	3.702	3.409	(136)	(136)	(16.809)	(13.447)	23.506	17.775	10.449	7.176
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	12.135	5.587	5.118	2.519	79	1.894	5.125	5.118	1.931	1.543	12.582	11.004	2.871	2.174
			-											
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(1)	-	-
Patrocínios incentivados	(2.020)	-	-	(1.322)	-	-	(2.020)	-	(1.322)	-	(2.603)	-	(1.658)	-
Doações	(808)	-	-	(529)	-	-	(808)	-	(529)	-	(1.041)	-	(683)	-
PAT	(2.514)	-	-	(1.059)	-	-	(1.029)	-	(12)	-	(3.244)	-	(1.415)	-
Prorrogação Licença Maternidade/Paternidade	(268)	-	-	(196)	-	-	(123)	-	(91)	-	(375)	-	(236)	-
	(5.610)	-	-	(3.106)	-	-	(3.980)	-	(1.954)	-	(7.266)	(1)	(3.992)	-
								-						
Imposto de renda e contribuição social corrente	99.086	49.430	42.875	40.960	8.683	23.659	38.902	42.875	(1.487)	372	128.023	110.382	55.065	39.620
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
Total	99.086	49.430	42.875	40.960	8.683	23.659	38.902	42.875	(1.487)	372	128.023	110.382	55.067	39.621

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Investimentos em participações em coligadas e controladas”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em coligadas e controladas”. Para as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Descrição	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Partic. %	Quantidade de quotas	Resultado de Equivalência				Ágio em investimentos		Banco		Consolidado	
							Exercícios		2º Semestre		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
							2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	31/12/2021	2.170	7.566	2.411	100	2.000.000	2.411	3.644	1.128	1.613	-	-	7.566	6.249	-	-
Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda. (b)	31/12/2021	61.922	106.110	44.117	99	61.922.499	43.676	11.906	18.194	8.349	-	39.799	105.048	101.172	-	39.799
Sicoob Administradora de Consórcios Ltda.(c)	31/12/2021	6.191	104.699	20.144	100	6.191.000	20.152	19.970	14.313	15.831	-	-	104.699	84.546	-	-
Sicoob Participações em Seguridade S.A. (d)	31/12/2021	40.000	108.322	21.373	100	40.000.000	21.373	35.847	10.597	11.689	-	-	108.322	66.949	107.615	66.291
Total							87.612	71.367	44.232	37.482	-	39.799	325.635	258.916	107.615	106.090

(a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 dezembro de 2021 é de R\$ 47.524.627 (31 dezembro de 2020 é de R\$ 36.950.710).

(b) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicoob.

(c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios no ramo de veículos leves, pesados, imóveis e serviços, atualmente possui mais 267.832 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 24,21 bilhões.

(d) Sicoob Participações em Seguridade S.A – Sicoob PAR, a qual detém participação societária na Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado

	Banco						Consolidado
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.010	51.817	5.229	10.342	543	70.941	82.961
Aquisição	-	-	770	787	57	1.614	2.469
Alienação	-	-	(7)	(2)	(9)	(18)	(46)
Depreciação	-	(3.273)	(809)	(3.654)	(140)	(7.876)	(11.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Custo total	3.010	72.582	11.202	22.790	1.059	110.643	136.332
Depreciação acumulada	-	(24.038)	(6.019)	(15.317)	(608)	(45.982)	(62.483)
Valor residual	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.010	48.544	5.183	7.473	451	64.661	73.849
Aquisição	-	-	8	6.035	97	6.140	15.010
Alienação	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(3.274)	(788)	(4.125)	(117)	(8.304)	(12.102)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.010	45.270	4.403	9.383	431	62.497	76.757
Custo total	3.010	72.582	11.210	28.825	1.156	116.783	151.322
Depreciação acumulada	-	(27.312)	(6.807)	(19.442)	(725)	(54.286)	(74.565)
Valor residual	3.010	45.270	4.403	9.383	431	62.497	76.757
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.700	8.643
Aquisição	476	3.255
Depreciação	(699)	(3.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.477	8.315
Custo total	10.020	30.190
Depreciação acumulada	(8.543)	(21.875)
Valor residual	1.477	8.315
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.477	8.315
Aquisição	4.521	9.107
Depreciação	(701)	(4.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.297	13.143
Custo total	14.541	39.296
Depreciação acumulada	(9.244)	(26.153)
Valor residual	5.297	13.143
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 14 – Depósitos

a. Composição de depósitos

Depósitos	Banco							Consolidado	
	Sem vencimento	Até 1 mês	31/12/2021				31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
			De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano			
Depósitos à vista	92.291	-	-	-	-	-	92.291	83.247	91.972
Depósitos de poupança	11.582.945	-	-	-	-	-	11.582.945	9.902.359	11.582.945
Depósitos interfinanceiros	-	3.345.055	3.641.821	3.209.330	19.302.895	6.656.675	36.155.776	41.103.171	36.155.776
Depósitos interfinanceiros rurais	-	51.002	200.180	674.799	2.657.507	2.319.879	5.903.367	3.530.653	5.903.367
Depósitos a prazo	-	81.031	2.033.316	153.065	281.712	672.813	3.221.937	920.547	2.759.240
Total	11.675.236	3.477.088	5.875.317	4.037.194	22.242.114	9.649.367	56.956.316	55.539.977	56.493.300
Circulante							47.306.949	48.852.534	47.134.807
Não Circulante							9.649.367	6.687.443	9.358.493

b. Despesas com operações de captações no mercado

	Banco				Consolidado	
	2021	2020	2º Semestre 2021	2º Semestre 2020	2021	2020
Depósitos de poupança	313.313	157.873	222.736	67.087	313.313	157.873
Depósitos interfinanceiros	1.876.723	1.056.345	1.334.468	460.563	1.876.723	1.056.345
Depósitos a prazo	86.765	19.231	74.666	7.675	69.310	14.731
Captação no mercado aberto	124.955	106.639	68.530	49.055	124.955	106.639
Outras despesas de captação	20.089	14.606	11.099	7.744	20.089	14.606
Total	2.421.845	1.354.694	1.711.499	592.124	2.404.390	1.350.194

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Obrigações por operações compromissadas

Maturidade

	Banco e Consolidado				31/12/2020
	31/12/2021				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Própria	575.119	850.631	601.450	2.027.200	6.779.022
Total	575.119	850.631	601.450	2.027.200	6.779.022
Circulante				2.027.200	6.779.022
Não Circulante				-	

Nota 16 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Banco e Consolidado						31/12/2020
	31/12/2021						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
LCA-Pós	1.342	5.778	3.657	2.309	21.595	34.681	42.227
LFG-LTEL	-	-	-	-	-	-	10.149
Total	1.342	5.778	3.657	2.309	21.595	34.681	52.376
Circulante						13.086	33.162
Não Circulante						21.595	19.214

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição das obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 16,50 % a.a.

	Banco e Consolidado								
	31/12/2021								31/12/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
BNDES	-	97.333	333.085	719.657	586.540	685.215	42	2.421.872	2.477.046
Banco do Brasil / FCO	-	4.534	13.461	58.835	69.267	66.759	-	212.856	52.502
Banco da Amazônia/FNO	-	53	88	-	-	-	-	141	354
FINAME	-	43.026	181.178	331.809	209.843	108.460	-	874.316	891.280
Funcafé	-	1.020	320.171	45.126	-	-	-	366.317	345.948
							-		
Total	-	145.966	847.983	1.155.427	865.650	860.434	42	3.875.502	3.767.130
Circulante								993.949	955.742
Não Circulante								2.881.553	2.811.388

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Despesas das obrigações por empréstimos e repasses

Banco e Consolidado				
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Redesconto do Banco Central	6	-	6	-
BNDES	99.284	76.672	49.109	42.991
FINAME	47.880	40.691	23.906	21.505
Banco do Brasil / FCO	3.076	996	2.088	460
Outras instituições - Funcafé	9.550	8.844	5.945	4.102
Total	159.796	127.203	81.054	69.058

Nota 18 – Instrumentos financeiros derivativos

Banco e Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020
	Sem vencimento	Total	Total
Futuro – Câmbio	56	56	1
Total	56	56	1
Circulante	-	56	1
Não Circulante	-	-	-

Nota 19 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	6.680	-	5.059	-	6.762	-	5.141	2
Trabalhistas	1.240	1.310	800	2.536	1.240	1.310	800	2.536
Cíveis	9.341	13.907	8.841	12.134	9.675	14.621	8.907	12.441
Total	17.261	15.217	14.700	14.670	17.677	15.931	14.848	14.979

Movimentação das provisões para causas judiciais

	Banco			Consolidado	
	31/12/2021			31/12/2020	31/12/2021
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro 2020	2.536	12.134	14.670	14.503	14.979
Constituição no semestre	1.099	2.935	4.034	2.800	4.547
Utilização no semestre	(1.133)	(691)	(1.824)	(615)	(1.860)
Reversões no semestre	(1.192)	(471)	(1.663)	(2.018)	(1.735)
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.310	13.907	15.217	14.670	15.931

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 22b) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 19).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cometido por cooperativa; (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Banco Sicoob; (iv) ações de natureza trabalhista/previdenciária; (v) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (vi) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18.968	21.423	19.361	22.026
Fiscais/Previdenciárias	165.495	164.195	165.495	164.195
Cíveis	249.934	202.647	260.469	212.232
Total	434.397	388.265	445.325	398.453

b. Provisões para garantias prestadas

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do período	195	250	86	87
Constituição (reversão)	16	(55)	125	108
Saldo no final do período	211	195	211	195

Provisão para garantias prestadas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99. No exercício de 2021, houve constituição de R\$ 16 (reversão R\$ 55 em 31/12/2020).

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.120.742.225 (31/12/2020 – 1.003.744.529) ações, sendo 563.446.485 ações ordinárias (31/12/2020 – 504.626.590) e 557.295.740 ações preferenciais (31/12/2020 – 499.117.939), todas sem valor nominal.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2020 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 11.046 (R\$ 8.052 em 31/12/2020).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 199.373 (R\$ 145.331 em 31/12/2020), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi consituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 10.493, os quais serão destinados quando autorizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 10.493, equivalentes a R\$ 9,36 por lote de mil ações (31/12/2020 - R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 8).

Nota 21 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em dezembro de 2021 é de 13,48% (31/12/2020 – 13,47%).

Nota 22 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos

a1. Transações de pagamento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações de pagamento – Adquirência	4.765.658	3.739.775	4.813.549	3.779.596
Valores a receber relativos a transações de pagamento – Cartão	7.791.238	5.736.586	7.791.238	5.736.586
Total	12.556.896	9.476.361	12.604.787	9.516.182
Circulante	12.469.596	9.461.749	12.517.487	9.501.570
Não Circulante	87.300	14.612	87.300	14.612

a2. Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Câmbio comprado	-	187	-	187
Total	-	187	-	187
Circulante	-	187	-	187
Não Circulante	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a3. Outros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cheques e outros papéis remetidos	137	8	137	8
Recebimento doc. enviados p/ outros participantes sistemas	-	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	201.828	121.133	248.205	143.959
Pagamentos a ressarcir	79.066	148.484	79.234	149.102
Títulos e créditos a receber	30.258	21.618	30.063	21.435
Devedores diversos – País	51.199	62.484	60.130	63.004
Despesas antecipadas	53.326	64.660	55.799	66.286
Outros	29.131	26.388	38.804	31.773
Total	444.945	444.775	512.372	475.567
Circulante	343.877	390.373	406.551	420.415
Não Circulante	101.068	54.402	105.822	55.152

a4. Provisão para outros ativos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para valores a receber relativo à transações de pagamento	102.051	71.442	102.051	71.442
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	459	663	459	663
Total	102.510	72.105	102.510	72.105
Circulante	101.395	71.249	1.1115	71.249
Não Circulante	1.115	856	1.115	856

b. Outros passivos

b1. Transações de Pagamentos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta de pagamento pré-paga	-	-	55.614	41.040
Recebimentos remetidos	1	-	1	-
Transações de pagamento	6.504.776	4.804.890	6.504.787	4.804.903
Obrigações por transações de pagamentos	2.686.216	2.535.306	2.756.311	2.589.779
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.864	1.675	1.864	1.675
Total	9.192.857	7.341.871	9.318.577	7.437.397
Circulante	9.192.857	7.341.871	9.318.577	7.437.397
Não Circulante	-	-	-	-

b2. Fiscais e previdenciárias

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para imposto de renda		99.086	40.960	128.016	55.064
Provisão para contribuição social		92.305	32.342	110.378	39.620
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros		5.861	5.432	6.673	5.996
Impostos e contribuições sobre salários		5.767	4.655	8.468	6.650
Outros impostos		21.131	16.778	26.719	21.485
Total		224.150	100.167	280.254	128.815
Circulante		218.872	99.638	274.976	128.286
Não Circulante		5.278	529	5.278	529

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b3. Carteira de câmbio

	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por compra de câmbio		338	187	338	187
Total		338	187	338	187
Circulante		338	187	338	187
Não Circulante		-	-	-	-

b4. Outros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Relações interdependências	27.513	16.331	27.513	16.331
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	19.489	11.495	19.489	11.495
Obrigações por recursos de consorciados grupos encerrados	-	-	29.596	18.787
Obrigações por convênios oficiais	29.445	30.422	29.445	30.422
Despesas de pessoal	16.085	12.944	23.363	20.561
Despesas administrativas	161.171	117.702	145.852	105.953
Cartão de crédito	232.190	167.913	232.190	167.913
Despesas sobre operações de crédito	155.379	152.214	155.378	152.213
Adquirência	62.832	75.639	62.832	75.640
Outros	91.060	38.222	326.163	223.019
Total	795.164	622.882	1.051.821	822.335
Circulante	793.143	621.249	1.049.413	819.854
Não Circulante	2.021	1.633	2.408	2.481

c. Resultado de câmbio

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2021	2020	2021	2020
Rendas de câmbio	7.148	9.140	4.367	1.491
Despesas de câmbio	1.128	98	142	68
Total	6.020	9.042	4.225	1.423

d. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Convênio Sicoob	9.988	8.866	5.181	4.737	9.988	8.866
Rendas de serviços bancários (a)	21.083	21.302	11.038	10.607	21.083	21.302
Rendas de serviços prestados de fundos	2.629	2.814	1.375	1.326	2.628	2.814
Rendas de administração de fundos	-	-	-	-	11.698	12.833
Rendas de administração de consórcio	-	-	-	-	315.045	215.807
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	759.027	539.359	404.231	279.226	768.998	548.157
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento	338.926	249.680	198.017	123.238	339.012	249.771
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	108.358	91.827	56.350	49.081	108.358	91.827
Rendas de tarifas bancárias	123	54	64	23	123	54
Rendas com serviços de adquirência	8.670	4.987	4.789	3.033	8.671	4.987
Outras receitas diversas	81.500	57.470	49.296	32.420	128.244	87.100
Total	1.330.304	976.359	730.341	503.691	1.713.838	1.243.518

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.
 (b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
 (c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

e. Composição de outras receitas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas	9.208	8.551	5.210	5.334	9.208	8.551
Receitas de cartões de crédito (a)	66.074	74.800	35.183	27.409	123.261	78.155
Adquirência	251.683	246.239	132.833	134.502	251.683	246.239
Outras	3.925	1.329	2.255	579	10.357	7.011
Total	330.890	330.919	175.481	167.824	394.509	339.956

- (a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 22d.

f. Despesas de pessoal

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Honorários pagos a diretores e conselheiros	15.573	10.748	8.609	5.604	20.014	15.151
Proventos (a)	75.513	74.059	40.606	38.303	110.998	110.440
Encargos sociais (b)	34.397	34.162	18.497	17.953	49.073	48.905
Benefícios (c)	23.731	22.787	12.477	11.704	45.844	42.858
Treinamentos	815	1.500	426	464	976	1.797
Remuneração a estagiários	498	730	240	352	1.344	1.578
Total	150.527	143.986	80.885	74.380	228.249	220.729

- (a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
 (b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
 (c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

g. Despesas administrativas

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	135	506	70	318	1.174	1.640
Despesas de comunicação	29.055	27.078	18.070	11.416	43.799	40.599
Despesas de material	528	323	395	49	1.729	1.334
Despesas de processamento de dados	37.850	45.279	22.751	22.818	37.079	36.313
Despesas com propaganda e publicidade	219.551	79.361	130.291	48.052	221.988	83.005
Despesas com serviços do sistema financeiro	37.659	35.226	19.326	18.595	38.551	36.114
Despesas de serviços de terceiros	34.545	31.445	19.275	16.731	286.650	188.695
Despesas de serviços técnicos especializados	28.679	27.783	16.665	17.504	21.407	23.547
Despesas e depreciação e amortização	9.005	8.577	4.690	4.314	16.383	15.121
Despesas com viagens	287	1.174	274	26	293	1.246
Outras despesas administrativas	14.230	12.874	9.280	8.003	20.463	16.955
Total	411.524	269.626	241.087	147.826	689.516	444.569

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h. Composição de outras despesas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contingências	2.679	1.838	1.383	970	2.888	2.407
Despesas serviços associados à transações de pagamento	423.063	414.642	223.659	199.750	340.239	350.618
Comissão sobre operações de crédito	459.561	407.009	216.053	226.347	459.561	407.009
Adquirência	354.300	382.504	176.520	196.496	354.300	382.504
Outras despesas operacionais	106.721	84.005	51.321	47.255	141.166	85.219
Total	1.346.324	1.289.998	668.936	670.818	1.298.154	1.227.757

i. Resultado não operacional

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita não operacional	1.708	8.657	91	1.578	1.708	8.658
Despesa não operacional	-	18	-	-	-	41
Amortização ágio Cabal Brasil Ltda	39.799	4.763	14.317	3.473	39.799	4.763
Total	(38.091)	3.876	(14.226)	(1.895)	(38.091)	3.854

j. Resultados recorrentes e não recorrentes

Não houve qualquer resultado não recorrente no período.

Nota 23 – Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Banco Sicoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		34.590.248	12.908.840
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		34.502.103	12.856.702
Valores a receber		8.036	4.365
Despesas antecipadas – Comissão		80.109	47.773
Passivo		37.837.595	46.427.016
Depósitos		32.766.695	41.385.172
Operações compromissadas		2.693.060	4.090.337
Valores a pagar		2.377.839	951.507
Receitas		1.407.002	963.111
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		955.916	640.463
Outras receitas		451.085	322.648
Despesas		2.770.990	1.762.888
Captação		1.888.474	1.015.336
Outras despesas		882.516	747.552

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Subsidiárias

	Sicoob DTVM		Sicoob PAR		Sicoob Soluções de Pagamentos		Sicoob Consórcios	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	47	57	-	-	-	-	147	125
Valores a receber	47	57	-	-	-	-	147	125
Passivo	7.743	6.516	679	541	370.232	249.113	111.446	95.003
Depósitos à vista	3	2	23	30	285	373	8	5
Depósitos a prazo	7.740	6.514	656	511	342.864	228.847	111.437	94.998
Valores a pagar	-	-	-	-	27.083	19.893	-	-
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas	329	184	35	14	128.933	101.938	4.693	2.280
Despesas de captação	329	184	35	14	12.398	2.023	4.693	2.280
Despesas administrativas	-	-	-	-	116.534	99.915	-	-
Receitas	-	-	-	-	15.533	14	1.796	1.273
Receitas diversas	-	-	-	-	15.533	14	1.796	1.273

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

		Banco		Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	7.332	13.252	9.109	16.078	12.216
Benefícios	1.901	3.403	2.746	5.605	4.096
Encargos	1.803	3.269	2.300	4.088	3.072
Total	11.036	19.924	14.155	25.771	19.384

Nota 24 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco Sicoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

	Banco					
	31/12/2021			31/12/2020		
Descrição	Aplicação	Captação	ACO	Aplicação	Captação	ACO
CDI/LF	750.581	1.328.296	657.382	1.862.333	810.893	1.030.835
Total	750.581	1.328.296	657.382	1.862.333	810.893	1.030.835

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Seguros

O Banco Sicoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 18.150 (31/12/2020 - R\$ 16.104). Em dezembro de 2021 houve uma provisão no valor de R\$ 16 (31/12/2020 - R\$ 55 de reversão).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Banco Sicoob e as empresas do conglomerado são patrocinadoras da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2021, o Sicoob Previ contava com 1.067 participantes ativos (2020 – 907), cuja contribuição consolidada totalizou R\$ 5.670 (31/12/2020 - R\$ 5.647).

e. Participação nos lucros

O Banco Sicoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2021, foram provisionados os valores de R\$ 20.088 (31/12/2020 – R\$ 18.169), consolidado – R\$ 24.803 (31/12/2020 – R\$ 21.652), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Combate aos efeitos da Crise COVID-19

A economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, suas cooperativas singulares, cooperativas centrais, instituições de terceiro nível: Sicoob Confederação, Banco Cooperativo Sicoob – Banco Sicoob, empresas ligadas e fundação patrocinada, tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia da Covid-19.

O Banco Sicoob exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Desde 13 de março de 2020 foram acionados o Comitê de Crise do Sicoob e o Grupo de Crise para enfrentamento da pandemia Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo.
- Priorização do trabalho remoto (home office).
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados.
- Suspensão de todas as viagens.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

* * *

Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Geraldo Souza Ribeiro Filho
Hudson Tabajara Camilli
Ivan Capra
Ivo Azevedo de Brito
José Evaldo Campos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Martins
Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Fernando Vicente Netto - Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 2º semestre de 2021, 3 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 2º semestre de 2021 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários. Destaque, neste período, para o monitoramento das providências adotadas pela administração e verificação das simulações de impactos em cenário de estresse da crise da Covid-19 nos riscos de crédito, liquidez e capital das instituições do Sicoob.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2021.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília, 7 de fevereiro de 2022.

Ivo Azevedo de Brito
Coordenador

Marcos Vinícius Viana Borges

Rafael Alves Horta

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

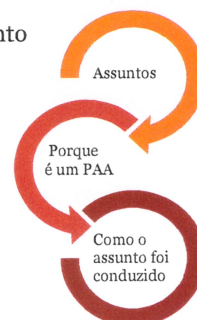
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h), 9 e 24 (f))

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto.

Adicionalmente, a Administração efetuou o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 19)

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Porque é um PAA

aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Sicoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



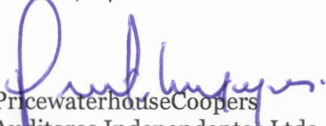
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

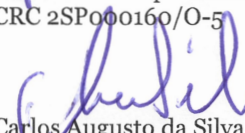
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de fevereiro de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2